

A EDUCAÇÃO NO BRASIL NO PERÍODO COLONIAL: UM OLHAR SOBRE AS ORIGENS PARA COMPREENDER O PRESENTE

EDUCACION IN BRAZIL DURING THE COLONIAL PERIOD. A LOOK UPON THE PAST TO UNDERSTAND THE PRESENT

Sílvia Rita Magalhães de Olinda

Prof. Adjunto 1 (DLET/UEFS).

Mestre em Língua Portuguesa (UFBA), 1991.

Doutora em Letras (UFBA), 2002.

RESUMO — *As línguas são influenciadas por fatos sociais, históricos e culturais do povo que as fala. Pretende-se verificar a relação entre o contato das línguas indígenas e africanas com a língua portuguesa européia e a gramática brasileira. Tenta-se também conhecer o sistema de educação brasileiro colonial para melhor compreender suas conseqüências para a formação do português brasileiro.*

PALAVRAS-CHAVE: *Educação colonial; Português brasileiro; Brasil Colônia.*

ABSTRACT — *Languages are influenced by the social, historical and cultural facts of the people who speak them. It is intended to identify the relationship between the Indigenous and African languages and the European Portuguese language and the Brazilian Portuguese grammar. It is also an attempt to know the colonial Brazilian system of education in order to understand its consequences to the formation of Brazilian Portuguese.*

KEY WORDS: *Colonial Education; Brazilian Portuguese; Colonial Brazil.*

Da reflexão de estudos do português brasileiro apresentados até o momento pode-se concluir que esta língua está passando por uma reorganização interna e que essas mudanças começaram a aparecer no século XVIII, sendo, contudo, mais consistentemente

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Letras e Artes. Tel./Fax (75) 224-8265 - BR 116 – KM 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460. E-mail: let@uefs.br

atestadas em documentos do século XIX.

A constatação dessas mudanças traz à tona uma velha discussão sobre línguas em contato, sobre variabilidade e sistematicidade, sobre heterogeneidade lingüística, enfim sobre sistemas coexistentes, assuntos investigados por lingüistas de diversas nacionalidades.

A sociolingüística desenvolveu uma metodologia para analisar a língua como plurissistema, em oposição ao conceito estruturalista de língua como monolítica, uniforme e homogênea. Nessa perspectiva, a sociolingüística propõe o conceito de sistema inerente e ordenadamente heterogêneo e variável. A diferença do modelo estruturalista, que enfatiza os fatores internos, e a sociolingüística histórica é que, para a sociolingüística, não é possível compreender o desenvolvimento de uma mudança fora da estrutura social da comunidade em que ocorre, já que a variação social desempenha um papel importante na mudança. Assim, acredita-se que investigar a sócio-história e a heterogeneidade do português brasileiro é condição *sine qua non* para o conhecimento das mudanças ocorridas na gramática brasileira, no sentido chomskyano. Portanto faz-se necessário entender as mudanças ao longo do tempo e, sobretudo, verificar os contextos sociais e históricos em que essas mudanças se processaram. Este trabalho pretende verificar, por exemplo, até que ponto o contato de línguas como as línguas indígenas, as línguas africanas e a língua portuguesa européia contribuiu para caracterizar o português brasileiro, compreender o contexto histórico e social em que essas línguas conviveram, assim como explicar as conseqüências lingüísticas desse convívio.

Ao longo da história, vários exemplos demonstram a arbitrariedade dos critérios para classificar uma língua e a importância dos fatores sociais na hora de decidir quando uma variedade conta como língua ou como dialeto. De um modo geral, a ascensão à língua passa por critérios relacionados ao sistema de escrita e/ou ao domínio político e econômico da região ou do país. Nessa perspectiva, o processo de normalização de uma língua tem a ver, na maioria das vezes, com fatores sócio-históricos, políticos e econômicos, e o resultado da seleção e fixação de uma norma é fomentado pelos gramáticos, dicionaristas, escritores

etc. Na realidade, até hoje é difícil determinar os conceitos de língua e dialeto e, assim, qualquer intento de categorizar línguas será mais um procedimento classificatório do que de práticas comunicativas.

Partindo dessas premissas, e sabendo que o Brasil era multilíngüe, multidialetal e etnicamente plural desde as suas origens, é necessário também conhecer o sistema educacional disponível no período colonial (1549/1808), a fim de se identificar quem tinha acesso à escolarização e quais foram as condições dessa escolarização no Brasil. Essas investigações devem revelar dados significativos para a compreensão efetiva do português brasileiro e apontar para as condições que levaram à diferenciação das duas gramáticas, brasileira e portuguesa, assim como mostrar até que ponto os enredos sociais interferiram nesse processo.

Atentando para essas questões sócio-históricas, lingüísticas, culturais e políticas, fez-se uma retrospectiva do processo histórico da formação da língua brasileira no período colonial para se conhecer a diversidade lingüística, os estratos étnico-sociais e a instrução da sociedade daquela época.

Segundo Houaiss (1985), Silva Neto (1977, 1979), Castilho (1992), Mattos e Silva (1995, 1999), Calmon (1937), Vianna (1935), Peixoto (1933), Azevedo (1976), Mattoso (1992), Ribeiro (1999) e Veiga (2000), os falantes no Brasil colonial eram bilíngües – falavam a sua língua nativa e mais uma outra, geral, que servia para intercomunicação. A população até o século XVII era formada de índios, europeus portugueses, negros e filhos dos europeus descendentes do cruzamento dessas raças. Segundo o censo de 1872 (MATTOSO, 1992), dos 108.138 habitantes, 30,9% eram brancos; 43,0% eram mulatos; 23,5% negros e 2% eram caboclos. Nessa população plural, em todos os sentidos, quem tinha acesso à educação? Como era gerida a educação no Brasil colonial?

A fim de caracterizar melhor o sistema educacional nessa época, faz-se necessário dividir o período colonial em duas fases:

1ª fase (1549-1759): da implementação do ensino religioso a expulsão dos jesuítas

2ª fase (1759-1808): período pombalino/transferência da

Família Real para o Rio de Janeiro

Na primeira fase colonial, a educação ministrada pelos jesuítas não só marcou o início da história da educação no Brasil mas também foi a mais importante obra realizada no que diz respeito às conseqüências para a nossa cultura. Durante 210 anos foram os jesuítas os educadores do Brasil. Desde que eles chegaram, sistematizaram uma organização educacional, fundando as suas residências e os seus centros de ação para a conquista e o domínio das almas “perdidas” – instrumento de domínio espiritual e propagação da cultura européia. Assim, foram aos poucos se infiltrando nas aldeias e levando os fundamentos de uma educação religiosa que foi se ampliando progressivamente pelo litoral. Seus métodos de ensino e seus programas diferenciavam-se conforme a importância da casa e conforme os educandos: futuros sacerdotes ou leigos. Primeiramente, o ensino se concentrava no catecismo, na língua dos índios, em representações de autos, com o objetivo de impressionar os nativos ingênuos. Utilizava-se de tudo o que fosse útil para impressionar o gentio: o teatro, os cânticos e até danças. Foi nessas escolas de ler e escrever, fixas ou ambulantes, que teve início uma política educativa de propagação da fé e da obediência. Os jesuítas não estavam apenas catequizando, mas espalhando nas novas gerações a mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes. A cultura indígena, não somente a língua, foi lentamente sendo substituída por um outro tipo de cultura, de acordo com o modelo jesuítico. Os jesuítas implementaram duas categorias de ensino no Brasil: a instrução simples primária, as escolas de primeiras letras para os filhos de portugueses e dos índios; e a educação média, colégios destinados aos meninos brancos que formavam mestres em artes / bacharéis em Letras. Essa organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outras menos. Nota-se, porém, que em todas as escolas era proibida a freqüência de crianças negras, mesmo livres, até pelo menos o final da primeira metade do século.

A catequese foi o interesse inicial para domesticar os índios, mas o interesse maior dos jesuítas estava na instalação dos colégios. Os primeiros colégios foram construídos em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Olinda. Nesses colégios,

primeiramente ensinavam latim e casos de consciência. Posteriormente, passaram a dar aulas de teologia, doutrina cristã, latim, sintaxe e sílaba, gramática portuguesa, retórica, matemática, música, artes e ofícios, preservando assim a cultura portuguesa. “Lendo a gramática do colégio, entenderemos a gramática da cultura” (PAIVA, 2000).

Além dos colégios e casas, muitas missões davam continuidade com a sua ação civilizadora, em outros pontos do território. Nos séculos seguintes, os jesuítas prosseguiram estendendo os seus ensinamentos para o Sul e para o Oeste. Em 1759 havia 24 colégios, 3 seminários, 17 casas, 36 missões e 25 residências, distribuídas por todas as capitanias (CALMON, 1937). Nessa fase, o ensino oficial da língua portuguesa era restrito aos filhos de portugueses e aos filhos dos senhores de engenho – a elite brasileira. Assim, o número de letrados não ultrapassava 0,5% da população. Já a língua falada era aprendida informalmente, como segunda língua, por um grande contingente de origem diversificada. Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal, que implantou uma política pública proibindo o uso da língua geral e impondo o uso exclusivo do português. Começa, a partir daí a segunda fase do período colonial brasileiro. Desorganizada com a expulsão dos jesuítas, a educação passa a ser gerida pelo Estado e enfrenta a primeira desastrosa reforma de ensino do país. Pombal criou escolas régias oficializando o ensino, o “subsídio literário” – imposto criado especialmente para a manutenção do ensino primário, que era da responsabilidade das câmaras. Surgem as “cadeiras de retórica”, língua grega, hebraica e latina. Limitando-se aos colégios, o ensino primário dependia da ajuda de particulares ou religiosos para sua manutenção. Nessa época, alguns poucos letrados preencheram a lacuna dos jesuítas. Já o ensino superior dependia da instrução das Universidades europeias, principalmente a de Coimbra.

Apesar dos esforços, Pombal não implementou verdadeiramente a instrução popular. Segundo Calmon (1937), em 1777 só havia dois professores na Bahia: “a falta de estudos públicos há quase vinte anos ofendia uma população saudosa da ordem missionária.” A reforma pombalina gerou uma fragmentação do

sistema educacional, no sentido de que permitiu uma pluralidade de aulas isoladas e dispersas e consentiu que pessoas semi-analfabetas ministrassem matérias sem qualificação, inclusive pedagógica.

Enquanto no Brasil havia escassez de escolas e de professores qualificados, os recém-formados pelos colégios partiam para se ilustrar em Portugal. São dessa época: Gregório de Matos, Thomaz Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama e Santa Rita Durão.

Com a queda de Pombal, a organização educacional acabou por se esfacelar. O subsídio não chegava para as despesas e os professores passaram a não receber o pagamento por meses e até anos. O quadro era cada vez mais desolador. No fim do período colonial só havia escolas nas cidades e vilas mais importantes. Entre os séculos XVI e meados do século XVIII, o Brasil pôde ser classificado como um país multilíngüe, etnicamente diversificado, eminentemente rural e não-escolarizado.

Dos finais do século XVIII ao século XIX, o país passou por algumas transformações significativas. Diante da invasão estrangeira em Portugal, a sede do reino transferiu-se para o Brasil em 1808 e com ela a burocracia civil, militar e eclesiástica. Nesse contexto foram criados cargos, cursos, cadeiras, escolas e as primeiras faculdades para atender às necessidades dessa nova população. Portanto é no período monárquico que a educação no Brasil ganha vulto, libertando-se gradualmente do ensino superior estrangeiro. Todas as mudanças ocorridas no ensino público devem-se à influência de D. João VI. Ele permitiu a abertura de escolas de primeiras letras em todo o país e multiplicaram-se as escolas secundárias de artes e ofícios. Mas foi ao ensino superior que o seu governo deu total dedicação. Em consequência da mudança da Família Real, foram implantadas, progressivamente, a Academia Militar, a Academia da Marinha, a Escola de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro e na Bahia.

Os hábitos coloniais foram também se modificando e a aparência simples do campo foi sendo alterada com a chegada de D. João e mais as quinze mil pessoas, representantes da cultura portuguesa. A elite brasileira sentia-se atraída pelos encantos da nova vida urbana que se instalava no Rio de

Janeiro – é a cidade substituindo o engenho. Surgem o teatro, os musicais e a biblioteca pública. Entre 1808 e 1821, as urbes renovam-se com cuidados com a higiene, topografia, policiamento, iluminação – eram as exigências de um modelo europeizante. A elite mobília a sua casa à inglesa e abre os salões para as festas. As damas brasileiras adotam o penteado e os trajes de Londres. Paralelamente, as capitanias passam a imitar o estilo do Rio de Janeiro. Dessa forma, o Brasil se civiliza violentamente com o luxo e os hábitos importados de Portugal e de Londres.

Vimos nessa breve retrospectiva do período colonial e início do período imperial que o Brasil era um país de etnia diversificada, complexa e que a sociedade era constituída de duas esferas: a) a dos brancos – que mandavam, b) a dos negros, mulatos, índios e descendentes – que produziam e obedeciam.

O recenseamento de 1808 registrou um aumento da população que atingiu 411.141 habitantes, dos quais 21,6% eram brancos; 1,4% de índios; 43,0% negros e mulatos livres; 33,9 de negros e mulatos escravos. Isso significa que a população não-branca sempre foi majoritária. Nesse contexto, o percentual de alfabetizados era proporcional ao componente branco na população livre, e a grande maioria das crianças não aprendia a ler e a escrever. Sobre esse assunto, afirma Mattos e Silva (1995, p. 83): “o ideal normativizador – primeiro lusitanizante, depois em função de um padrão culto brasileiro – desencadeado no século XIX, não teve vez de se implantar efetivamente e generalizadamente no Brasil, restringindo-se apenas a uma minoria economicamente privilegiada e alguns quantos, seres excepcionais, que rompem as limitações impostas pelo desenvolvimento sócio-econômico e cultural perverso do Brasil, desde as suas origens coloniais”.

O século XIX herdou do período colonial um número muito reduzido de escolas régias de primeiras letras e um sistema de discriminação racial que prosseguiu até algumas décadas do século seguinte. Segundo Gonçalves (2000), embora tenham existido iniciativas de escolas para negros, a participação efetiva foi incipiente, mesmo após a Abolição.

Sabemos que desde o final do século XVIII surgiram Irmandades em todo o Brasil, e que estas entidades tiveram um papel muito

importante na vida dos negros, principalmente por ser um local de expressão, de discussão e reivindicações. Através das Irmandades os negros iniciaram o que seria uma associação de classe e aprenderam a lutar contra o preconceito, exigindo direitos sociais e oportunidades de trabalho e educação. Era objetivo das Irmandades dar assistência material, em vida e na morte, aos negros. Contribuíam para comprar a carta de alforria dos escravos e para a emancipação dos negros livres. Qual a participação das Irmandades na educação dos negros? Apesar das contribuições sociais das Irmandades, não há registro de uma ação educativa que proporcionasse aos negros letramento, pelo menos no século XIX, mas contribuíram de forma definitiva para a preservação da cultura africana. Em termos de iniciativas educativas, efetivamente, vão surgir na Monarquia (1822-1889) vários projetos.

Afinal, quem escrevia na era colonial? Até a segunda fase do período colonial, existiram escolas de ler e escrever, casas e colégios. Mas, como já foi dito anteriormente, os jesuítas, com uma educação mais religiosa humanística do que educativa, priorizavam os filhos dos senhores de engenho e os colégios. Para os índios e os descendentes dos relacionamentos de índios com portugueses era suficiente o aprendizado das primeiras letras e, principalmente, os ensinamentos religiosos: a obediência e a assimilação da cultura portuguesa.

No século XIX, a escola ainda funcionava nas casas dos professores, nas fazendas ou em espaços nada favoráveis ao aprendizado e continuava a ser desorganizada e desagregada. Havia uma diferença considerável entre a educação primária e o ensino secundário e principalmente destes para o ensino superior. Nessa sociedade organizada com base no sistema feudal e na escravidão, a quem interessava a educação popular? As escolas superiores, por sua vez, pouco contribuíram, uma vez que eram desarticuladas da realidade da sociedade.

Uma minoria de letrados e uma enorme população de analfabetos era a situação do Brasil colonial, e esse desnivelamento certamente deixaria conseqüências na população brasileira. Segundo Azevedo (1976, p. 75), “certamente, a ausência, na educação do país, de um pensamento coletivo ou de unidade

de orientação não era mais do que uma das expressões do estado flutuante e molecular da sociedade, que resultou do caráter fragmentário de nossa formação social e das divergências fundamentais de interesses e de idéias, ligadas às diferenças de nível cultural e econômico das províncias, como das classes sociais.” Os cultivadores de uma língua culta – a européia – continuavam tendo acesso à educação, eram representantes da classe dominante no país e ratificavam o modelo europeu. E o processo de exclusão continuava.

No século XIX, os escritores brasileiros eram seguidores fiéis da literatura escrita em Portugal e a elite atualizava a sua linguagem pela imagem e semelhança da língua européia, nas universidades européias. Uma nova classe surgiria, a burguesia, que pregava o liberalismo econômico e político de Portugal e lutava pela emancipação e pela afirmação de nossa nacionalidade. Do ponto de vista estilístico e literário proclamavam a liberdade absoluta de criação. Paradoxalmente, mais tarde, ao mesmo tempo em que se rompia politicamente com a Europa, se construía uma elite sob a influência européia, sobretudo com o Parnasianismo, que pregava a perfeita expressão, a rima rica, rara e a correção gramatical. Segundo Castilho, (1992). Nessa época, afirmar o português brasileiro equivalia a nivelar por baixo a língua, já que o projeto político da classe dominante brasileira era construir uma nação branca europeizada.

A literatura especializada mostra que só com o Modernismo, século XX, a língua alcançou a importância de estilo nacional, o que antes era considerado erro e ignorância dos brasileiros.

É do exame da constituição da formação social do Brasil que tomamos conhecimento dos problemas políticos e sociais da época e entendemos os problemas de hoje. Problemas que se originaram na era colonial, como, por exemplo, a falta de uma educação pública organizada e acessível a todos os brasileiros – negros, índios ou descendentes de portugueses com outras etnias – arrastaram-se pela Monarquia e ainda são visíveis hoje. As diferenças raciais, lingüísticas e sociais contribuíram para se afirmar um novo povo e uma nova língua. O português brasileiro é o resultado da contribuição dessas etnias, das línguas africanas e indígenas e da língua portuguesa européia.

Dessa forma, concluímos que a língua é um produto cultural do homem e que ela não tem uma existência separada da realidade social de seus usuários, daí a gramática brasileira.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1937, Tomo 1.

CASTILHO A. de. O Português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. São Paulo: Ática, 1992.

HOUAISS, Antonio. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões. **Boletim da ABRALIN**, n. 17, p. 73-85, jun. 1995.

_____. “De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios”. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). **Para a história do português brasileiro. ol. II: Primeiras idéias**. São Paulo: Humanitas (no prelo), 1999.

MATTOSO, K. M. de Queirós. **Bahia. Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PEIXOTO, Afrânio. **Noções de história da educação**. São Paulo: Editora Nacional, 1933.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1977

_____. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

VEIGA, C. G. (Org). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIANNA, H. **Formação brasileira**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1935.